

A perspectiva decolonial agroecológica ante o sistema agroalimentar hegemônico

La perspectiva agroecológica decolonial frente al sistema agroalimentario hegemónico

Carlos Nunes Pereira¹

Resumo: A partir da lógica perniciosa de dominação capitalista de âmbito ambiental, social, cultural, política e econômica, no que tange à industrialização alimentar, o presente ensaio busca analisar os processos de colonialidades impostas pelo sistema agroalimentar hegemônico. Ademais, com o suporte do pensamento fronteiriço, buscou-se pleitear uma reflexão decolonizada acerca da agroecologia (em suas perspectivas ocidentalizada e interepistêmica), enquanto alternativa-outra em relação à produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos. O estudo engaja-se, ainda, na preposição da necessidade de adoção de novos padrões sustentáveis e decoloniais de produção e de consumo de alimentos, privilegiando sistemas alimentares-outras mais inclusivos e diversos, assim como da prática da (re)existência socioambiental, implementando estratégias de interpelação às práticas de racialização, exclusão e marginalização, capaz de ressignificar a vida em condições de dignidade, diante da exploração dos sujeitos e da natureza.

Palavras-chave: Produção de Alimentos. Decolonialidade. Agroecologia.

Abstract: A partir de la lógica perniciosa de la dominación capitalista en los ámbitos ambiental, social, cultural, político y económico, en relación con la industrialización alimentaria, este ensayo busca analizar los procesos de colonialidad impuestos por el sistema agroalimentario hegemónico. Además, con el apoyo del pensamiento fronterizo, buscamos abogar por una reflexión descolonizada sobre la agroecología (en sus perspectivas occidentalizadas e interepistémicas), como una alternativa-otra en relación a la producción, distribución, comercialización y consumo de alimentos. El estudio también se involucra en la premisa de la necesidad de adoptar nuevos patrones sostenibles y decoloniales de producción y consumo de alimentos, favoreciendo sistemas alimentarios-otros más inclusivos y diversos, así como la práctica de la (re)existencia socioambiental, implementando estrategias para cuestionar las prácticas de racialización, exclusión y marginación, capaces de ressignificar la vida en condiciones de dignidad, frente a la explotación de los sujetos y de la naturaleza.

Keywords: Producción de Alimentos. Decolonialidad. Agroecología.

1. Introdução

¹ Gastrônomo e Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília (UnB).

A formação sociocultural da América Latina, na qual se inclui o Brasil, é atravessada pelo colonialismo, compreendido como o período histórico de dominação colonial, com efeitos evidentes até os tempos atuais. O processo colonial inicialmente projetado para modernizar, cristianizar e civilizar o mundo se converteu para o processo de “mercadização”, como processo exploratório capitalista e de imposição da cultura europeia (especialmente o cristianismo).

Com efeito, essa modernização resultou em grandes massacres (físicos, sociais e culturais) em direção aos povos originais das Américas e na escravização dos que restaram, bem como de povos coercitivamente trazidos da África como mão-de-obra explorada a serviço do modelo civilizatório europeu (MIGNOLO, 2007).

Em que pese os registros oficiais históricos assegurarem o término desse período, especialmente no Brasil, por meio da proclamação da Independência em 1822, a forma colonial de organização das relações sociais, econômicas e políticas no país está em plena atividade. Nesse ponto, a colonialidade extrapola o limite histórico do colonialismo e não desaparece com a descolonização histórico-oficial dos países que foram colônias.

Assim, a colonialidade opera sob a égide da naturalização de certos padrões nas relações de poder e da naturalização de hierarquias raciais, culturais, territoriais, de gênero e epistêmicas, subalternizando, dessa maneira, certos grupos de seres humanos, garantindo sua dominação, exploração e ignorando seus conhecimentos e experiências (QUIJANO, 1997).

No campo alimentar, esse processo modernizador proporcionou, igualmente, dispositivos de dominação, que geraram, portanto, a suplantação de técnicas e culturas tradicionais culinárias e de produção de alimentos dos povos originais americanos, à medida que a importação de produtos da Europa procurou reproduzir as práticas e padrões alimentares europeus, em detrimento ao modo e costumes ancestrais e locais. Esse projeto colonizador, para além de suas pretensões religiosas e político-administrativas

(exploratórias), também teve características de imposição alimentar e cultural (ANCHITE, 2010).

O sistema agroalimentar moderno, baseado (e atualizado) no aporte exploratório colonial, tem seu nascedouro a partir do processo de industrialização e urbanização iniciada na Europa, no século XIX, que reconfigura os circuitos de produção, distribuição e consumo de alimentos. A partir da evolução de tecnologias de conservação de produtos alimentares (a exemplo dos enlatados), da expansão da criação demandas alimentares padronizadas (distribuição, transporte e estocagem) e da comercialização de alimentos (propaganda e marketing), a industrialização alimentar e agrícola tornou-se constante e crescente. E em paralelo ao avanço da modernização da agropecuária (como a priorização de insumos sintéticos/químicos e mecanização a base de combustíveis fósseis), surge o fenômeno do substitucionismo, no qual o produto original se torna um simples insumo industrial, passando a indústria química, portanto, a determinar e impor aquilo que entendemos como alimento (PINTO, 2018).

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, portanto, iniciou-se a disseminação da modernização da agricultura a partir do paradigma da Revolução Verde e seu modelo produtivo, concebido por um pacote tecnológico: insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação induzida, mecanização, acumulação de grandes extensões de terra, bem como por uma base ideológica de dominação em nome do progresso.

A monocultura, desse modo, se tornou o modelo produtivo hegemônico para a agricultura, tendo como produtos-símbolos a soja, o trigo e o milho, que são comercializados em escala global e que são elementos significativos para padrões da dieta alimentar atual, direta e indiretamente (como da soja, usada para a produção de ração animal) (HITCHMAN, 2015; PEREIRA, 2012).

2. Sistema Agroalimentar Hegemônico

O sistema agroalimentar integra diferentes processos relativos à cadeia de produção alimentar, compreendendo todo um conjunto relacional de processos, atores e subsistemas dentro das cadeias de valor dos alimentos. Esse complexo sistema agrega, ainda, a produção agropecuária, produção industrial (de insumos agrícolas, implementos e maquinários), processamento, distribuição, armazenamento, comercialização e, finalmente, o consumo dos alimentos (TORRENS, 2020).

A alimentação, conforme abordado anteriormente, tem se homogeneizado progressivamente, passando de um sistema diversificado para outro hiperespecializado, que se integra invariavelmente ao sistema de produção agroalimentar. Atualmente, a base da alimentação provém de um sistema de produção e distribuição em escala mundial, cabendo à indústria alimentícia o papel de definir o quê (e como) as pessoas se alimentam.

Assim, o conceito de alimento-mercadoria é demandado pela indústria alimentícia, onde o intento é dar maior vazão aos produtos fabricados por meio de alta tecnologia industrial associada aos ingredientes de fácil aquisição e baixo custo. Estimula, enfim, a individualidade e subjetividade do sistema de significação simbólica do modelo capitalista moderno de consumo, bem como o da globalização (CANESQUI; GARCIA, 2005; FISCHLER, 1995; POULAIN, 2004).

Ao conectar-se com essa dimensão global e ao mercado internacional, a produção de alimentos passa a distanciar-se progressivamente de seu vínculo original, natural e local, vinculando-se a um sistema dominado por grandes corporações comerciais e agroindustriais que perpetuam suas estratégias de acumulação de capital. O alimento, portanto, torna-se “foco de transformações produtivas, tecnológicas e financeiras, circulando através de complexa rede de processamento e distribuição, sob o comando dessas grandes corporações capitalistas” (PAULA, 2017, p. 147).

O alimento, portanto, não pode ser analisado somente, de forma isolada, a partir de uma das etapas que fazem parte do seu processo produtivo

(produção, distribuição, comercialização ou consumo). Essas relações são multifacetadas e guiadas quase que exclusivamente pela acumulação de capital, o que, na contemporaneidade, pode ser denominado de sistema agroalimentar capitalista e hegemônico.

A partir do surgimento de novos agentes e atividades, o sistema agroalimentar hegemônico se tornou ainda mais dinâmico e, conseqüentemente, mais complexo. Isso resultou no distanciamento da agricultura de seus ecossistemas locais e na desconexão entre a produção e o consumo de alimentos, estabelecendo, assim, uma padronização dos hábitos alimentares globais (ORIGUÉLA, 2020).

Vale reafirmar que enquanto a industrialização dos alimentos promoveu o deslocamento da perspectiva relacional local/tradicional para um ambiente de amplitude global/moderno, a concentração de capital nas grandes corporações se manteve em vigor (com o aumento de operações de grande escala), em detrimento às questões centrais de âmbito social, ambiental e econômico, conforme destaca Azevedo (2012):

Em resumo o padrão técnico moderno de produção de alimentos, ao priorizar elevados ganhos de produtividade, gerou crises que podem ser consideradas em três dimensões. Na dimensão econômica, como aumento da eficiência tecnológica e comercial, produzindo os efeitos da superprodução, com conseqüências sobre o dinamismo da atividade produtiva; na dimensão social, uma vez que a modernização reduziu a necessidade da força de trabalho; e por último, na dimensão ambiental, pelo uso excessivo e indiscriminado de insumos químicos de origem industrial, com o risco de um sério desgaste de recursos naturais (AZEVEDO, 2012, p. 40)

3. Colonialidades do Sistema Agroalimentar Hegemônico

É basilar trazer para o debate aqui proposto, as contribuições de Catarine Walsh (2012) acerca dos processos de colonialidades, que diferente do colonialismo, são caracterizados pela relação política e econômica que envolve a soberania de um povo ao outro. Para tanto, a autora descreve quatro

tipos de colonialidades: (1) colonialidade do poder, que estabelece um sistema de classificação social baseado na raça como critério para a distribuição, dominação e exploração da população mundial, por meio da dominação pelo capital, pela política e pela força coercitiva; (2) colonialidade do saber, o qual tem sua base no eurocentrismo como ordem exclusiva da razão, conhecimentos e pensamentos, que por sua vez descarta e desclassifica a existência e a viabilidade de outras racionalidades e conhecimentos que não seja dos homens brancos europeus e eurocentrados; (3) colonialidade do ser, que se exerce por meio da inferiorização, subalternização e desumanização; e a (4) colonialidade da natureza, baseada na “divisão binária natureza/sociedade”, descartando a relação milenária social-espiritual entre os mundos biofísicos, humanos e espirituais, o qual dá o sustento dos sistemas integrais da vida, conhecimentos e humanidades, controlando e explorando a natureza, com base no poder moderno, racional, eurocentrado, norteamericanizado e cristão.

É possível assegurar, nesse sentido, que as formas de colonialidades descritas por Walsh (2012), se relacionam diretamente com a lógica dominante de produzir, distribuir, comercializar e consumir alimentos no Brasil. Desse processo se origina um sistema agroalimentar hegemônico, de natureza excludente e insustentável, apoiado no mecanismo operante do capitalismo de produtividade, de acumulação e concentração de poder, por meio do capital e da política (colonialidade do poder); da exploração dos recursos naturais, sem oferecer estratégias de preservação, sustentabilidade ou recomposição (colonialidade da natureza); da ultra-estimação dos conhecimentos eurocêtricos, em detrimento aos saberes e culturas tradicionais/ancestrais quanto à alimentação e produção alimentar (colonialidade do saber). O resultado tem sido, inevitavelmente, a extorsão da força de trabalho, a desigualdade de acesso ao alimento, a miséria e a fome (colonialidade do ser).

Ademais, outro ponto que merece destaque no processo de dominação dos sistemas agroalimentares modernos (e/ou hegemônicos) é a relação de dominação concernente à pequena produção e, por consequência, à agricultura familiar. Segundo Wilkinson (2003), embora o investimento público e acadêmico tenha conseguido afirmar o lugar da agricultura familiar como componente dinâmico no sistema agroalimentar, o novo ambiente concorrencial, enraizado na determinação de padrões privados, tende a expulsar a pequena produção dos mercados modernos de commodities e da grande distribuição, gerando declínio de rendas e empregos agrícolas no ambiente da agricultura familiar.

Ainda de acordo com o autor, a partir dos anos 90, no caso da América Latina, houve um investimento direto vultoso de capital estrangeiro (europeu e norte-americano) no sistema agroalimentar, em todos os elos da cadeia, sobretudo, na grande distribuição, incentivado por políticas públicas de facilitação, demanda crescente da urbanização e a extensão de padrões tipicamente urbanos de consumo nas faixas mais pobres, na qual se observa o fenômeno da dupla realidade entre obesidade e desnutrição dos sujeitos subalternizados, o que pode ser traduzido, portanto, com mecanismos de colonialidades do poder e do ser.

Outro agente, ainda mais crucial, que resulta indubitavelmente em uma colonialidade do ser, a qual é exercida pelo sistema agroalimentar hegemônico, e que tem contribuído para o aumento da fome no mundo, é o desperdício de recursos utilizados no cultivo, beneficiamento, na distribuição, no armazenamento e preparo dos alimentos. Segundo dados da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), 1,3 bilhão de toneladas de alimentos é literalmente jogado fora anualmente ao redor do mundo, o que significa que um terço dos alimentos produzidos é desperdiçado.

Para efeitos de quantificação em termos econômicos, esse desperdício pode chegar a um montante de US\$ 750 bilhões de prejuízo por ano. Do ponto de vista qualitativo, essas perdas ocorrem na fase inicial da produção e no

armazenamento (54%) ou nas etapas de processamento, distribuição e consumo (46%). Entre as causas mais comuns de práticas que geram o desperdício de alimentos, no tocante à produção, distribuição e comercialização, destacam-se a classificação não padronizada (para o arquétipo modernizador colonial), as precárias condições de transporte, embalagens e exposição impróprias (DE CONTO et. al, 2018; SANTOS et. al, 2020; SOARES; FREIRE JÚNIOR, 2018).

A ocidentalização da dieta e a globalização dos hábitos alimentares é, nesse sentido, o grande responsável pelo desperdício de alimentos, e que se constituem em novos modos (cruéis e injustificáveis) de significar a alimentação. Ilustram-se, assim, os fast-foods, instruídos pelo modelo modernizador, que a reboque da mídia (escrita, falada, televisiva e das redes sociais e digitais) e do marketing das grandes corporações transnacionais, aliados à industrialização de alimentos, têm contribuído para uma mudança significativa nas estruturas da alimentação global (CARNEIRO, 2005).

Na esteira da industrialização da alimentação, representada por alimentos processados e ultra processados, a partir de processos químicos, físicos e mecânicos, a artificialidade alimentar, ou o colonialismo alimentar, suscita a ruptura com regras ancestrais da alimentação. Impõe padrões alheios à cultura local e suprime a oportunidade do indivíduo de evoluir como comensal consciente (na medida do reconhecimento tradicional, cultural e social da alimentação), autônomo (livre para suas escolhas alimentares), responsável (conhecedor das características dos alimentos) e “promotor de sua própria riqueza alimentar” (HERNÁNDEZ, 2005, p. 136).

Como consequência desse controle alimentar comercial, cultural, social e econômico, o sistema agroalimentar hegemônico passa a se manifestar mais técnico, recorrendo ainda mais à industrialização e comercialização de produtos alimentares ultra processados, a exemplo dos suplementos artificiais multivitamínicos, que se fundamentam no discurso, igualmente artificial, de melhoria da segurança alimentar e nutricional. Surge, nesse

novo “nicho de mercado”, o fenômeno do “nutricionismo”, capaz de reduzir a alimentação à presença de nutrientes e a saúde à ausência de doenças (AZEVEDO, 2017; MONTEIRO, 2010).

Grande parte da teoria das ciências nutricionais e alimentares modernas, conectadas ao sistema agroalimentar hegemônico, foi produzida com base no desenvolvimento de diretrizes alimentares mediante (re)adequações nutricionais. A perspectiva ideológica colonial do nutricionismo, portanto, reduz o alimento a seus componentes bioquímicos, valorizando racionalização e modernização da alimentação, promovendo sua individualização, desprovida de seus valores culturais e funções sociais (MONTEIRO et al, 2016; SCRINIS, 2013).

4. Agroecologia

Segundo Porto-Gonçalves (2006), a produção de alimentos, um dos maiores legados da humanidade, está diretamente ligada: (1) à diversidade de cultivares adaptáveis às mais variadas condições geográficas e climatológicas; (2) à sua respectiva manutenção, por meio de conhecimentos técnicos, míticos e religiosos; ao equilíbrio das espécies selecionadas e cultivadas; e (3) às correlações que se estabelecem entre a agricultura e a consolidação dos diversos troncos linguísticos ainda existentes. Ademais, esse potencial cultural construído e desenvolvido durante gerações, se destaca, ainda, pelo “manejo sustentável, criativo e apropriado às condições ambientais (físicas, climáticas, biológicas) e socioculturais locais”, as quais se enquadram nas perspectivas da agroecologia. (ALTIERI, 2009, p. 113).

A agroecologia, nesse sentido, se apresenta como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que se associam aos princípios e valores sociais, culturais e ambientais a partir das práticas agrícolas. Essa constelação de múltiplas compreensões se reflete em experiências produtivas que visa, para além de se contrapor à lógica predatória do modelo

agroindustrial hegemônico, promover uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada (LEFF, 2002).

Por pautar mudanças no sentido de trazer a sustentabilidade a todas as partes do sistema agroalimentar, a agroecologia assume três perspectivas fundamentais: ecológica, econômica e social. Assim, se torna transdisciplinar na medida em que valoriza todas as formas de conhecimentos e experiências, no âmbito das mudanças desejadas na estrutura do sistema alimentar. Ademais, requer o envolvimento de todas as partes interessadas, desde o processo agrícola até a concepção e preparação do alimento. Nesse sentido, confronta as estruturas de poder econômico e político do sistema agroalimentar industrial e capitalista atual com propostas sociais, culturais e ambientais alternativas (ou contra hegemônicas) (GLIESSMAN, 2018).

A agroecologia, portanto, se articula sinergicamente a partir de três formas de compreensão, que se condensam sob os aspectos analíticos, operativos e políticos. Desta feita, a agroecologia se apresenta como: (1) ciência, se afirmando como uma teoria crítica radical à agricultura industrial e a superação do paradigma da modernização; (2) como prática social, que se expressa sob as mais variadas e criativas formas de valorização dos capitais ecológicos e sociais; e (3) como movimento social, mobilizando os atores envolvidos ao engajamento da “defesa da justiça social, da saúde ambiental, da segurança e soberania alimentar, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades” (PETERSEN, 2013, p. 99).

Ademais, a agroecologia tem se apoiado no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas, se aliando, nessa medida, a um projeto de desenvolvimento local e descentralizado, que revela novas formas de sociabilidade e de avanço econômico e social mais “controláveis”. A sustentabilidade, no entanto, não se torna viável sem a preservação da diversidade cultural que nutre os conhecimentos locais (ALMEIDA, 2003; ALTIERI, 2004).

Dentro deste contexto, o conhecimento tradicional inerente às comunidades de agricultores proporcionou o manejo de sistemas de auto-suficiência alimentar, com base em tecnologias sociais simples de baixo uso de insumos. Sendo assim, privilegia a capacidade de mitigar riscos, ampliando a eficiência produtiva da diversidade de cultivo, o que oferece possibilidade para explorar toda gama do ecossistema local. Portanto, reconhecer a importância do conhecimento tradicional das agricultoras e agricultores e suas soluções técnicas a partir de seus conhecimentos, compõe um dos pilares para a preservação da sociobiodiversidade. (ALTIERI, 1989).

A sociobiodiversidade se posiciona, nesse sentido, como a relação entre seus produtos inerentes (bens e serviços concebidos a partir dos recursos da biodiversidade local) e a cadeia produtiva da sociobiodiversidade, concebida como um sistema integrado e harmônico de interesse dos povos e comunidades tradicionais, agricultoras e agricultores familiares, que visam promover a sustentabilidade, a justiça social e as especificidades culturais e territoriais, por meio da educação, pesquisa, manejo produção, distribuição e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, mantendo a identidade, conhecimentos e saberes locais (DINIZ; CERDAN, 2017).

As formas de ação social coletiva que representam alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, e que propõe o desenvolvimento participativo nos âmbitos da produção e a circulação alternativa de seus produtos, busca estabelecer formas de produção e consumo que contribuem para enfrentar a crise ecológica e social. A agroecologia, podendo ser entendido também como um mecanismo de defesa do conhecimento local, não se reside apenas em investigar os aspectos técnicos de seu potencial em si, mas carrega o compromisso com as lutas políticas e éticas desses movimentos sociais, locais e demais ativismos alimentares, que buscam controle dos recursos sobre sua identidade (SEVILLA GUZMÁN, 2000).

Sob o ponto de vista de rompimento com as estruturas dominantes da produção de alimentos, a agroecologia parte do princípio da descolonização das práticas, saberes e relações no campo da agricultura que, com o passar do tempo foram “desecologizadas” e “desculturalizadas” pela capitalização e tecnificação da agricultura (LEFF, 2002; JACOB, 2016):

A agroecologia, em meu ponto de vista, é uma racionalidade que impulsiona um sistema agroalimentar contra hegemônico. Portanto, para contrapor-se radicalmente ao paradigma da agricultura industrial capitalista, não pode ser pensada a partir da mesma razão sobre a qual este foi fundado. Terá, tampouco, condições de promover transformações sociais profundas se for construída à revelia do contexto e de grupos historicamente silenciados e que mais sofrem as consequências nefastas da crise da modernidade (JACOB, 2016, p. 41)

Como forma prática dessa ruptura ao modelo de modernização/industrialização da produção, distribuição e comercialização de alimentos, faz-se necessária a desconstrução da revolução verde e do agronegócio, pondo em suspeição seus dogmas, dada à concretude de seus efeitos nas crises agrária, social, ambiental e econômica mundial. Ao questionar esse modelo, se possibilita (no caso do presente estudo, ao gastrônomo), a partir da análise de fatos, a tomada de decisão de forma livre e qualificada. Assim, não se trata de desqualificar o modelo hegemônico, mas sim de analisá-lo e apresentar outro caminho possível, necessário, urgente e inadiável (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017).

Por outro lado, o reconhecimento do enfoque agroecológico não se manifesta exclusivamente em uma “nova revolução modernizadora”, trata-se de um debate de âmbito transformador, partido do conhecimento tradicional local, integralizando-o também como conhecimento científico, proporcionando a construção de novos saberes socioambientais, e, dessa maneira, galgando em direção à transição agroecológica (SAUER; BALLESTRO, 2013).

A agroecologia sugere, assim, que essa transição se estabeleça também no comportamento de agentes que irão atuar no desenvolvimento das ações

agroecológicas, sejam por meio dos enfoques e métodos de pesquisa e educação, quanto por meio de práticas intrínsecas ou adjacentes. A aplicação de seus princípios requer uma estratégia integradora de conhecimentos, complexa, sistêmica e holística, a partir das dimensões agroecológicas multicitadas no presente estudo. Demanda, ainda, metodologias participativas, respeito às diferenças culturais, de gênero, de raça, de etnia e consideração aos valores e visões de mundo dos diferentes grupos sociais e suas relações com a natureza (CAPORAL, 2009).

5. Agroecologia Ocidentalizada

Faz-se relevante abordar as observações de Perea (2019), acerca das concepções agroecológicas supra debatidas, como sendo produto de uma “agronomia ecologizada” e que, portanto, pode reproduzir a téttrade colonial (colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza), uma vez que, segundo o autor, a ciência agroecológica posta tende a conceber uma agricultura orientada por símbolos modernos, associada à lógica do poder colonial, próxima, nessa linha de pensamento, ao agronegócio. Para se compreender melhor a proposta do autor, é necessário exemplificar, a partir de dois dos quatro tipos de colonialidade (poder e saber), como se evidencia a agroecologia ocidentalizada.

Primeiro, as abordagens agroecológicas modernas, segundo o autor, carregam normativos subjetivos, por meio do controle das territorialidades, que se evidenciam a lógica da colonialidade do poder, passam a controlar o trabalho e a produção (as corporeidades) e os recursos culturais e naturais (as subjetividades), visando à reprodução de agroecossistemas como arranjos lineares e disciplinares de espécies naturais (planta e animais), tal qual o projeto civilizatório ocidental moderno. Já em relação à colonialidade do saber, a agroecologia ocidentalizada, na concepção do autor, se configura como a maneira exclusiva, portanto, dominante, de conhecimento para a

compreensão integral quanto à orientação da agricultura em agroecossistemas, tendo em vista suas bases científicas (ao feitio ocidental). Vale incorporar aqui, as contribuições de Boaventura Santos (1988), acerca do conhecimento científico moderno:



O conhecimento científico é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objeto sobre que incide. Nisso reside, aliás, o que hoje se reconhece ser o dilema básico da ciência moderna: o seu rigor aumenta na proporção direta da arbitrariedade com que espartilha o real. Sendo um conhecimento disciplinar, tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor (SANTOS, 1988, p.64)

Torna-se pertinente, a partir dos estudos de Cajigas-Rotundo (2007), estabelecer conexões entre a ciência “pós-ocidental” e “transmoderna” e o processo de pós-desenvolvimento. A ciência pós-ocidental que é capaz de articular definições não eurocêntricas do conhecimento, e que, dessa maneira, renuncia o universalismo especulativo ocidental, propõe motivar uma visão multidimensional do conhecimento, da natureza e da mente. O pós-desenvolvimento, nesse sentido, se refere: (1) a possibilidade de conceber discursos e representações-outras que não sejam intervindas de concepções fechadas do desenvolvimento ideológico e de premissas pré-estabelecidas; (2) a necessidade de mudar as práticas de saber e fazer, bem como de pluralizar os locais e agentes que produzem o conhecimento, tornando visíveis, sobretudo, as formas de conhecimento produzidas por sujeitos que são supostamente os “objetos” do desenvolvimento dominante; e (3) a concretude quanto ao processo de adaptação e resistência, por meio da subversão e de amplitude dos movimentos sociais, desses sujeitos subalternizados, em relação às intervenções do desenvolvimento em vigor.

6. Pensamento Fronteiriço e Agroecologias-outras

Dentro deste contexto, é fundamental repensar radicalmente a ciência, o desenvolvimento e a modernidade, a partir do pensamento de fronteira, ou o pensamento fronteiriço, o qual “produz uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para além das definições impostas pela modernidade europeia” (GROSFOGUEL, 2008, p. 24).

Segundo Perea (2009), o pensamento fronteiriço se evidencia, portanto, como uma proposta decolonial, a partir das fronteiras onde os conhecimentos e práticas locais foram subalternizadas por desenhos globais. No entanto, não se trata apenas concepções opostas ou diferentes, o pensamento fronteiriço se apresenta como uma epistemologia de e a partir da fronteira do sistema-mundo moderno/colonial, ou seja, é capaz de, a partir de uma “desobediência epistêmica”, reconhecer outras formas de interpretações e compreensões, “sem a pretensão de se tornar uma referência universal, mas antes um lugar dicotômico de enunciação” (MIGNOLO, 2020, 114).

Com base no pensamento fronteiriço, a agroecologia desejada, pode ser entendida como uma agroecologia interepistêmica, pois se consolida a partir da descontinuidade com a agroecologia ocidentalizada e se estabelece nos modos como sujeitos colonizados, subalternos e racializados movimentam processos agrícolas, que consubstanciam conhecimentos tradicionais/locais, espiritualidades e praxes socioculturais com outros sujeitos naturais.

Ademais, estas agroecologias-outras são concebidas pelas experiências, narrativas e nexos orgânicos que se constroem por meio da multiplicidade de práticas vivenciadas e pelos conhecimentos (episteme), promovendo interações únicas de concepção e transformação da própria territorialidade, que, portanto, não estão materializados em registros científicos, mas presentes em mundos agrícolas que convergem nos limites ou fronteiras da modernidade ocidental. (PEREA, 2019).

Vale registrar, segundo Cajigas-Rotundo (2007), que esse conhecimento interpistêmico e seus respectivos territórios se manifestam no imaginário

imperialista como "reservas de biodiversidade" e/ou "patrimônios imateriais da humanidade", sendo possível, nesse sentido, compreender as assimetrias constantes nas novas articulações coloniais de exploração. Nesse contexto, Bispo (2015) conceitua colonização e contra-colonização, no espectro da territorialidade:

Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra-colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra-colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios (BISPO, 2015, p. 47).

7. Considerações Finais

Em que pese o levante ao debate acerca da agroecologia ocidentalizada ser pertinente, vale enfatizar que, ao mesmo tempo, a agroecologia (mesmo sob as condições "ocidentalizadas") se apresenta como instrumento inicial, viável e necessário para, ao menos, mitigar os efeitos nefastos do capitalismo de acumulação, da colonialidade e da dominação imperialista que atravessa a mais de quinhentos anos a América Latina. Isto posto, vale citar Leff (2020), que entende a agroecologia como:

É terra, instrumento e alma da produção, onde se plantam novas sementes do saber e do conhecimento, onde enraíza o saber no ser e na terra; é o caldeirão onde se amalgamam saberes e conhecimentos, ciências, tecnologias e práticas, artes e ofícios no forjamento de um novo paradigma produtivo. Um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram descolonizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura (LEFF, 2002, p. 42).

Assim, faz-se necessária, e notória, uma mudança de paradigma em relação à produção, distribuição e comercialização de alimentos no combate aos sistemas dominantes. A agroecologia, nas duas dimensões aqui debatidas

(ocidentalizada e interepistêmica) apresentam um conjunto de condições possíveis para essa contenda. É imediata, ainda, a necessidade de novos padrões sustentáveis e decoloniais de produção e de consumo de alimentos, privilegiando, assim, sistemas alimentares-outros mais inclusivos e diversos, com o objetivo inadiável de trazer à praticidade real o conhecimento e a práxis tradicional/local. Paralelo a isso, é igualmente fundamental a prática da (re)existência socioambiental, implementando estratégias de interpelação às práticas de racialização, exclusão e marginalização, redefinindo e ressignificando a vida em condições de dignidade, “diante da biopolítica que controla, domina e comercializa os sujeitos e a natureza” (ALBÁN ACHINTE, 2017, p. 14).

Por fim, vale reiterar que as chagas promovidas pelo processo colonial, em especial quanto à produção de alimentos no Brasil, ainda se evidencia profundamente na situação sócio-cultural-econômica dos sujeitos subalternizados no campo. Nesse sentido, apenas os movimentos de resistência e a subversão decolonial são capazes de efetivar um impulso revolucionário, para a superação do que sobra do passado colonial, sendo em sua luta pela libertação social, em si, que se mostra evidente as transformações necessárias (PEREIRA, 2022).

Referências

- ACHINTE, A. A. Comida y colonialidad. Tensiones entre al proyecto hegemónico moderno y las memorias del paladar. **Calle14: revista de investigación em el campo del arte**, n. 4, jul/dez 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=279021514002>. Acesso em: 01 out. 2021.
- ACHINTE, A. A. Prácticas creativas de re-existencia: más allá del arte. **El mundo de lo sensible**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2017.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.
- AZEDEDO, E. **Alimentos Orgânicos**. Ampliando os conceitos de saúde humana ambiental e social. São Paulo: Editora SENAC, 2012.

- AZEDEDO, E. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 19, n. 44, p. 276-307, jan./abr. 2017.
- CAJIGAS-ROTUNDO. J. C. La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. *In*: CASTRO-GÓMEZ. S.; GROSGOQUEL. R (org). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. *In*: CAPORAL, F. R. (org). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009.
- CARNEIRO, H. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 42, p. 71- 80, 2005.
- DE CONTO, S. M.; BINZ, P.; FABRIM, C. F.; PRATES, M. P. Gastronomia sustentável e minimização de desperdícios/impactos ambientais. *In*: ZARO, M. (org). **Desperdício de alimentos: velhos hábitos, novos desafios**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2018.
- DINIZ, J. D. A. S.; CERDAN, C. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017, p. 259-280.
- ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. *In*: MATO, D (org). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela. 2005.
- FISCHLER, C. **El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Anagrama, 1995.
- GLIESSMAN S. Defining Agroecology. Vol. 42, **Agroecology and Sustainable Food Systems**. Taylor and Francis Inc.; 2018. p. 599–600. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21683565.2018.1432329>Acesso em: 03.fev.2022
- GROSGOQUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.
- HERNÁNDEZ. J. C. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. *In*: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R.W.D. (Orgs.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.
- HERRERA MILLER, K. De/colonialidad alimentaria. Transformaciones simbólicas en el consumo de la quinua em Bolivia. **Razón y Palabra**, 2016.
- HITCHMAN, J. Agricultura sustentada pela comunidade: um modelo que prospera na China. **Agriculturas**, v. 12, n. 2, jun/2015
- JACOB, L. B. **Agroecologia na Universidade**. Entre vozes e silenciamentos. Curitiba: Appris Editora, 2016.
- LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. *In*: LEFF, E. (org). **A Complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto. *In*: CASTRO-GÓMEZ. S.; GROSGOQUEL. R (org). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- MIGNOLO, W. D. **Histórias Locais / Projetos Globais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

- MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia**. Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- MONTEIRO, C. **O grande problema é o ultraprocessamento**. World Nutrition. 2010.
- MONTEIRO C.; CANNON G.; LEVY R.; MOUBARAC J-C.; JAIME, P.; PAULA; MONTANARI, M. **Comida como cultura**. São Paulo: Senac, 2008.
- ORIGUÉLA, C. Território e Territorialidades em Disputa: Da Subordinação ao Capital ao Sistema Alimentar Camponês. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 21, n. 73, mar. 2020.
- PAULA, N. M. **Evolução do sistema agroalimentar mundial**. Contradições e Desafios. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- PEREA, L. J. L. **Agroecología y pensamiento decolonial**: las agroecologías otras interepistémicas. Ibagué: Universidad del Tolima, 2019.
- PEREIRA, C. N. As Questões e as lutas agrárias no Brasil: Perspectivas históricas e propostas para a Revolução. *In*: MOL, E.P; SILVA, L.S (orgs). **Rumos da História - compreensões do passado e pesquisas entre áreas**. v. 1. São Paulo: Dialética, 2022.
- PEREIRA, M. Revolução Verde. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PETERSEN, P. Agroecologia e a Superação do Paradigma da Modernização. *In*: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZAN, F. M. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.
- PINTO, M. G. A. Constituição do sistema agroalimentar moderno e a emergência da agroecologia. **O Público e o Privado**. Fortaleza, UECE, ano. 16, n. 32, jul./dez. 2018.
- POULAIN, J. Sociologias da Alimentação: **Os Comedores e o Espaço Social Alimentar**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. *In*: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997
- SANTOS, K. L.; PANIZZON, J.; CENCI, M. M.; GRABOWSKI, G.; JAHNO, V. D. Perdas e desperdícios de alimentos: reflexões sobre o atual cenário brasileiro. **Brazilian Journal of Food Technology**, 23, e2019134, 2020.
- SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago. 1988.
- SAUER, S; BALLESTRO, M. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SEVILLA GUZMÁN, E. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Barcelona: Icairria Editorial, 2000.
- SCRINIS, G. **Nutritionism**: the science and politics of dietary advice. Columbia: Columbia University Press; 2013.
- SOARES, A. G.; FREIRE JÚNIOR, M. Perdas de frutas e hortaliças relacionadas às etapas de colheita, transporte e armazenamento. *In*: ZARO, M. (org). **Desperdício de alimentos**: velhos hábitos, novos desafios. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2018.
- TORRENS, J. C. S. Sistemas Agroalimentares: impactos e desafios num cenário post pandemia. **P2P e Inovação**, v. 7, n. 1, set. 2020.
- WALSH, C. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012

WILKINSON, J. A Pequena Produção e sua Relação com os Sistemas de Distribuição. *In: Políticas de seguridad Alimentaria y Nutrición*. FODEPAL. Santiago: FODEPAL/FAO, 2003.

Artigo recebido em: 19/01/2023.

Aceito para publicação em: 04/07/2023.